

de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, na categoria de técnico profissional especialista principal (secretário-recepcionista), com efeitos desde 1 de Maio de 2007, sendo exonerada do lugar de origem a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

17 de Outubro de 2007 — A Subdirectora-Geral, *Julietta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 29154/2007

Por meu despacho de 30 de Abril de 2007, no uso de competência delegada, foi Paula Cristina Sabino Pestana, técnica profissional de 1.ª classe, da carreira técnico-profissional, do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, transferida para o quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, na categoria de assistente administrativo, da carreira de assistente administrativo, com efeitos desde 1 de Maio de 2007, sendo exonerada do lugar de origem a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

17 de Outubro de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Julietta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 29155/2007

Por meu despacho de 24 de Abril de 2007, no uso de competência delegada, foi Teresa Cláudia Carvalho Cunha, nomeada definitivamente na categoria de assistente administrativo da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, escalão 1, índice 199, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Março de 2007. (Isento de fiscalização prévia do T. C.)

22 de Outubro de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Julietta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 29156/2007

Por despacho de 1 de Agosto de 2006, do Director-Geral dos Serviços Prisionais, foram Noémia de Jesus Marques da Cunha e Lúcia Beatriz Leal dos Santos Esteves, assistentes administrativas especialistas da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, designadas para o exercício de funções de secretariado, nos termos do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, com efeitos a 1 de Agosto de 2006. (Isento de fiscalização prévia do T. C.)

31 de Outubro de 2007 — A Subdirectora-Geral, *Julietta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 29157/2007

Por despacho de 16 de Agosto de 2007, do Director-Geral dos Serviços Prisionais, foi Lucília Cármen de Sousa, assistente administrativo especialista da carreira de assistente administrativo, requisitada nesta Direcção-Geral, designada para o exercício de funções de secretariado, nos termos do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, com efeitos a 1 de Agosto de 2007. (Isento de fiscalização prévia do T. C.)

31 de Outubro de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Julietta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 29158/2007

Por despacho de 24 de Outubro de 2007, do Director-Geral dos Serviços Prisionais, e na sequência de parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, foi Abel da Silva Martins, engenheiro técnico civil principal, da carreira técnica, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, provido na categoria de técnico especialista principal da mesma carreira e quadro, nos termos dos artigos 29.º e 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, com efeitos a 24 de Março de 2003. (Isento de fiscalização prévia do T. C.)

31 de Outubro de 2007 — A Subdirectora-Geral, *Julietta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 29159/2007

Por meu despacho de 1 de Junho de 2007, no uso de competência delegada, foi Maria Manuela da Silva Santos, auxiliar administrativa, do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Reinserção Social, transferida para o quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, com efeitos desde 15 de Maio de 2007, ficando exonerada do lugar de origem a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

17 de Novembro de 2007 — A Subdirectora-Geral, *Julietta Nunes*.

Rectificação n.º 2139/2007

Por ter havido inexactidão no Despacho (extracto) n.º 23 325/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 195, de 10 de Outubro, a página 29 263, onde se lê “foi designado adjunto da directora do Estabe-

lecimento Prisional Regional de Guimarães...o licenciado Jorge Morais Cordeiro Dias...”, deve ler-se “...foi designado adjunto e substituto da directora do Estabelecimento Prisional Regional de Guimarães...o licenciado Jorge Morais Cordeiro Dias...”.

30 de Outubro de 2007 — A Subdirectora-Geral, *Julietta Nunes*.

Rectificação n.º 2140/2007

Por ter havido inexactidão no Despacho (extracto) n.º 23 404/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 196, de 11 de Outubro, a página 29 395, onde se lê “Luísa de Albuquerque Carvalho Simões Viana Crespo...”, deve ler-se “...Maria Luísa de Albuquerque Carvalho Simões Viana Crespo...”.

30 de Outubro de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Julietta Nunes*.

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Aviso n.º 25495/2007

1 — Nos termos dos artigos 64.º, 65.º e 68.º do Regulamento, aprovado pelo Decreto — Regulamentar n.º 55/80, de 08 de Outubro, declara-se aberto concurso, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, para provimento dos lugares de conservador e notário abaixo indicados.

2 — Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março: “Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação”.

3 — Constituem requisitos de admissão:

3.1 — Para lugares de 1.ª classe: ser conservador ou notário e pertencer ou ter pertencido ao quadro da espécie do lugar, desde que nela estejam classificados, pelo menos, de *Bom*.

3.2 — Para lugares de 2.ª e 3.ª classes: ser conservador ou notário, ou possuir concurso de habilitação para ingresso na carreira de conservador e notário, dentro do respectivo prazo de validade.

4 — O concurso rege-se pelas disposições pertinentes do Regulamento acima citado, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 92/90, de 17 de Março, alterado pela Decreto-Lei n.º 206/97, de 12 de Agosto.

5 — Os interessados deverão formalizar a sua candidatura mediante um só requerimento, dirigido ao Presidente do Instituto dos Registos e do Notariado, Praça Francisco Sá Carneiro, n.º 13, Apartado 9924, 1911-701 Lisboa, com indicação da respectiva identificação, categoria funcional, classe pessoal e classificação de serviço.

5.1 — Os candidatos a que se refere o n.º 3.2 deverão indicar a classificação (e graduação, se for caso disso) e a data de conclusão do concurso de habilitação, bem como a classificação e data da licenciatura.

6 — Os concorrentes que se habilitem a mais do que um lugar deverão indicar no respectivo requerimento a ordem de preferência no provimento.

Conservador do Registo Civil:

Alcobaça, interino — 1.ª classe
Guarda, interino — 1.ª classe
Póvoa de Varzim — 1.ª classe
Albufeira — 2.ª classe
Odemira, interino — 2.ª classe
Ponte de Lima — 2.ª classe
Queluz — 2.ª classe
Mealhada — 3.ª classe
Santa Comba Dão — 3.ª classe

Conservador do Registo Predial e Comercial:

Gondomar — 1.ª classe
Montijo, interino — 1.ª classe
Arcos de Valdevez — 2.ª classe
Mealhada — 3.ª classe

Conservador dos Registos Predial, Comercial e Automóveis:

Évora, interino — 1.ª classe

Conservador do Registo de Automóveis:

Lisboa — 1.ª Secção — 1.ª classe